

Da vigilância dos corpos ao eclipse da subjetividade

From body surveillance to the eclipse of subjectivity

FRANCISCO RÜDIGER*

BRUNO, Fernanda.

Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.

Porto Alegre: Sulina, 2013, 190 p.

RESUMO

Argumenta-se que o livro em foco representa avanço nos estudos sobre vigilância através dos meios de comunicação, na medida em que, malgrado a fixação na categoria, relata pesquisa e conduz seu raciocínio de modo que revela sua eventual superação por parte de processos informáticos em que a figura do corpo, mas também a da subjetividade tendem a perder relevância nas funções de manutenção da ordem societária exigidas da mídia digital.

Palavras-chave: Vigilância e controle, mídia digital, cibercultura

ABSTRACT

We argue here that the book in focus presents an advance in the field of surveillance studies dealing with the mass media, because, however its fixation upon the concept, it relates research and conduct its reasoning in a way that reveals the eventual surmount of it by informational processes in which the body but also subjectivity are tending to lose its relevance in the maintenance of the social order required sistemically from the digital media.

Keywords: Surveillance and control, digital media, cyberculture

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, leciona na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Também é professor nos Departamentos de Filosofia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil. Publicou, entre outros, *Martin Heidegger e a questão da técnica* (Sulina, 2006) e *Cibercultura e pós-humanismo* (Edipucrs, 2008). E-mail: frudiger@ig.com.br

MÁQUINAS DE VER, *modos de ser* é um destes livros que, sob a aparência trivial, do assunto batido, guardam ou deixam entrever importantes pontos para a reflexão sobre os fenômenos de comunicação agora em curso e os contornos que vai assumindo o regime histórico e social que governa nossa época. À experiência contemporânea não há mais novidade no fato de que somos todos objetos de constante e difusa exposição às câmeras e mecanismos dos mais diversos equipamentos e sistemas de vigilância. *Sorria, você está sendo filmado*, é uma máxima divulgada por toda a parte e para a qual nos tornamos alertas desde umas três décadas, pelo menos. Razões de segurança, monitoramento e, eventualmente, controle visual do ambiente, encontradas por pessoas e organizações, acabaram levando à sua relativa legitimação e nos aclimataram à sua presença nos mais diversos âmbitos de socialização.

Fernanda Bruno avança na exposição da matéria ao deslocar o assunto em relação ao registro da violação e reivindicação dos direitos individuais mas, ainda mais, ao nos revelar os cenários em que esses direitos e as categorias em que se fundamenta, como consciência, se projetam com o desenvolvimento da nova informática de comunicação. Mostra a autora que, na atual ordem social democrática, seria um erro pensar a vigilância com base nos esquemas do panóptico de Bentham ou do *Big Brother* de Orwell. O fenômeno remete “a um processo reticular, espreado e diversificado, pleno de ambiguidades, que não se confunde com a ideia de uma vigilância homogênea, sem arestas nem conflitos” (p. 25).

O princípio da vigilância linear e, no limite, totalitária cedeu lugar, onde o conceito ainda se aplica, a uma vigilância difusa e colaborativa. Os aparatos que o agenciam se popularizaram e, em consonância com tanto, cresce um saber a seu respeito, através do qual já não surge apenas a colaboração com o sistema de poder que eles defendem ou a resistência à presença desses aparatos na vida cotidiana dos que, certo ou não, o questionam. O fenômeno, agora, enseja ainda a subversão de seu uso corrente, se não o contragolpe aos empregos dominantes, como fica patente, por exemplo, no registro e difusão, com ajuda dos seus meios, das discriminações e ilegalidades cometidas pelas autoridades públicas e privadas.

A presença das câmeras de monitoramento e vigilância em *sites* da internet estimula os usuários a agirem como funcionários voluntários das empresas que as mantêm, mas, ao mesmo tempo, abre espaço para a revelação e denúncia de fatos e situações que podem prejudicá-las, para não falar das ações de contravigilância independentes que, através da intervenção ao mesmo tempo política e estética, joga com a ficção, a encenação e a performance para levar as pessoas a questionarem sobre seu lugar e papel em um mundo simultaneamente vigiado e vigilante (p. 134-144).

O livro nos é apresentado com curiosa e atraente diagramação. O texto principal foca, sobretudo, na exposição e análise do argumento. A literatura com a ajuda da qual se procede à sua construção, além de bem selecionada, é manejada com a liberdade que a pesquisa exige. O prêmio disso é o contato com uma obra madura e sem simplificações, mas que é preciso ler com cuidado e suspendendo os estereótipos em que mesmo os acadêmicos sucumbem, ao lidarem com o assunto tratado. A documentação em que se baseia aparece em quadros estanques, via de regra ilustrados e que, ainda, remetem ao blog em que, colaborativamente muitas vezes, a autora foi reunindo os devidos materiais, a partir de 2007. O cunho anedótico que não pode deixar de faltar, quando se lança mão desse procedimento, deve ser visto, cremos, como sinal da seriedade, interesse e cuidado com que ela se lança na pesquisa.

Ver e ser visto, expor-se e se expor, monitorar e ser monitorado se tornaram atividades conscientes e especializadas entre as camadas aristocráticas e, em seguida, burguesas com o processo civilizatório moderno, revelou-nos, entre outros, Norbert Elias. Depois, Foucault examinou as instituições e as técnicas, fabris, escolares, científicas, policiais e outras, que as vincularam em um sistema de poder, o poder disciplinar, a partir do final do século XVIII. Bruno nos mostra como, em nosso tempo, essas atividades se imbricam com o desenvolvimento político e tecnológico, tornando-se objeto de prática cotidiana e cada vez mais democrática, através dos mais diversos aparatos e redes de comunicação.

O resultado é um abalo ou crescente problematização prática e ordinária das figuras da intimidade e da privacidade que auxiliaram a formar a era burguesa em cujos escombros tentamos agora construir suas alternativas. A crescente democratização do regime social e a popularização dos aparatos de comunicação as relativizam, visto que, sob impacto de uma economia de mercado onipresente que a obra, todavia, minimiza em seu alcance e efeitos, promovem a publicidade ou, como prefere a autora, visibilidade do eu e suas circunstâncias. “Ver e ser visto não implicam mais apenas em circuitos de controle, mas também de prazer, sociabilidade, entretenimento, cuidado consigo e com os outros” (p. 67).

Por isso mesmo, o conceito de vigilância precisa ser manejado com cuidado, sugere o livro, sem tirar todo o proveito da descoberta (ao, por exemplo, falar em *regimes escópicos e atencionais da vigilância*). As práticas de espionagem, controle e monitoramento que os meios técnicos permitem se articulam dialeticamente com outras, em que o sentido é a exposição estética, se não o próprio culto do eu, o prazer e o entretenimento. As câmeras de vigilância e os mecanismos de exploração de informações que servem às empresas públicas e privadas, mas

também às famílias e indivíduos para controlarem os outros, são também as que, noutra momento, proporcionam satisfação e prazer compartilhado ou mesmo perverso aos usuários.

No primeiro caso, a atenção vigilante é atrelada a uma função específica, na qual o exercício da vigilância é relativamente circunscrito a contextos determinados de segurança, controle ou voyeurismo profissional-comercial. No segundo caso, ela passa a estar presente no cotidiano das relações urbanas, sociais, domésticas, misturada a ambientes, práticas e processos que não são, por sua vez, prioritariamente voltados para a vigilância (p. 87).

Quem conhece Foucault, perceberá por todo o livro a presença de muitas de suas ideias, mas só até certo ponto. Bruno, seguindo o autor, rejeita o entendimento de que a vigilância serve linearmente a um sistema de poder, oriundo das visões dicotômicas do pensamento político mais elementar. A pesquisa mostra que não há uma estrutura binária separando os vigilantes dos vigiados. A resistência e os contragolpes ao exercício da vigilância não lhe vêm de um espaço supostamente inocente e externo. A preocupação da autora não é situar cada força em seu devido lugar, para ajuizar sua pureza e integridade, mas analisar suas formas de manifestação, reparar seus enlaces e apontar seus paradoxos e contradições em conjuntos.

O comprometimento analítico em se prender a esta realidade e seguir seu andamento, contudo, não chega, como anunciado, ao ponto de, pelo menos, pensar que, apesar das resistências e desvios, ela ajuda a promover ou se inscreve em um movimento progressivo, coerente e unitário, que sinaliza uma tendência ou sentido de conjunto. O relato da autora logra perceber e nos mostra bem que os fenômenos de vigilância e contravigilância, tanto quanto a espetacularização plebeia, hedonista e compartilhada do eu, estão se instalando através de mecanismo que, no entanto, neles intervém de maneira que já não tem a ver com estes conceitos, dizendo respeito antes a uma “nova formação social ou modelo de mundo” (p. 177-178).

O problema é que, prendendo-se aos conceitos além do limiar que os autoriza, o texto bloqueia a conceituação do novo e, assim, o devido entendimento de o que está, neste momento, transcendendo as figuras do espetáculo e da vigilância (linear ou compartilhada): fica claro no texto, ao menos para nós, que a mineração de dados e a resultante criação de perfis para uso em empresas comerciais, políticas e outras via internet não se iluminam mais a partir desses conceitos. Os modos de ver e, portanto, os regimes de vigilância recuam em favor de máquinas indutoras de modos de ser para as quais a cultura do espetáculo é mero engodo e o que se instaura, em vez de solicitar uma teoria

crítica da ação e do sujeito, se deixa entender melhor como processo pelo que foi, por exemplo, chamado de *armação* por Heidegger.

Através dos agentes inteligentes que circulam pelas redes e seus dispositivos epistêmicos, taxonômicos e individualizantes, revela bem a autora, o que emerge agora, escondido de nossa consciência cotidiana, é uma *vigilância* (usamos o itálico porque, cibernético – isto é: anônimo e autorregulado, o processo de fato já não se deixa entender em termos oriundos da teoria da ação social) “que opera menos com o olhar do que com sistemas informacionais; menos sobre corpos do que sobre dados e rastros; menos com o fim de corrigir e reformar do que com o fim de antecipar tendências, preferências, interesses” (p. 148).

Ao contrário do que sugere o *show do eu* registrado no plano imediato e a referência contida no subtítulo da obra em exame, o resultado de tudo isso é o eclipse da subjetividade. Neste contexto, o objetivo não é mais produzir conhecimento sobre um indivíduo identificável, mas confeccionar pacotes de dados pessoais, visando influenciar ou agir anônima e pontualmente sobre tipos de condutas semelhantes aleatoriamente pegadas na rede. As pretensões de controle e monitoramento se retiram do plano do indivíduo para focarem em condutas soltas e isoladas, via a projeção de cenários e a oferta de produtos e serviços “que devem incitar ou inibir comportamentos” (p. 174).

Os procedimentos criam uma espécie de individualidade abstrata e espectral, formada por traços pontuais e mutantes, de acordo com a finalidade estratégica com que o programa foi posto a rodar no ciberespaço. Os perfis estatísticos que se consegue elaborar através desses procedimentos “não são nem uma medida, nem um valor, mas um padrão de ocorrência de certo fator (comportamento, interesse, patologia) num dado conjunto de variáveis” (p. 160).

Quem quer que se interesse em pensar o que se distingue das e transcende as práticas de vigilância e o culto da participação especular no campo da mídia digital interativa fará bem em ler este livro, porque, em sua conclusão, o que ele torna problemática é a pretensão de “colocar no âmbito coletivo o necessário questionamento dos destinos, ainda abertos [?], da participação [...] no ciberespaço” (p. 144). **M**

Artigo recebido em 22 de janeiro de 2014 e aprovado em 27 de março de 2014.